

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Desafios Ascendentes

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
DESAFIOS ASCENDENTES**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: desafios ascendentes /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
206 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação
Brasileira; v. 3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-75-2
DOI 10.22533/at.ed.752181903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

Eixo 1 – Educação a Distância

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Raqueline Castro de Sousa Sampaio, José Lima de Albuquerque, Fernanda Pereira da Silva e Francisca das Chagas da Silva Alves 6

CAPÍTULO II

ANÁLISE DO FATOR GÊNERO NOS CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL NO POLO DA UFERSA CÂMPUS MOSSORÓ

Carmem Tassiany Alves de Lima, Danielle Simone da Silva Casillo, Jhéssica Luara Alves de Lima, Leonardo Augusto Casillo e Remerson Russel Martins ..13

CAPÍTULO III

ENSINO A DISTÂNCIA: UM DESAFIO ENFRENTADO PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Tereza Cristina Nascimento Machado e Regina Célia Moreth Bragança23

Eixo 2 - Educação Profissional

CAPÍTULO IV

A AUSÊNCIA DE SENTIDO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O PÚBLICO ADOLESCENTE: UMA INVESTIGAÇÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFTO/CAMPUS PALMAS

Raquel Francisca da Silveira e Adriano Machado Oliveira35

CAPÍTULO V

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ELETROTÉCNICA DO IFF – CAMPUS MACAÉ, DA MODALIDADE PROEJA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Severino Joaquim Correia Neto, Marcos Antonio Cruz Moreira, Vitor Yoshihara Miano e Hilton de Sá Rodrigues 47

CAPÍTULO VI

O ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO NA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: EXPERIÊNCIAS PRELIMINARES NO SERTÃO DO SERIDÓ POTIGUAR

Danilo Cortez Gomes.....62

Eixo 3 - Educação de Jovens e Adultos

CAPÍTULO VII

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESPAÇO DA CONTEMPORANEIDADE

Maria da Conceição Nascimento Marques, Imaira Santa Rita Regis e Adelson

Silva da Costa	75
CAPÍTULO VIII	
ARQUEOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DISCURSOS E VISIBILIDADES	
Ana Cristina Guimarães da Costa Vinci.....	85
CAPÍTULO IX	
AUTOBIOGRAFIA ESCOLAR: FERRAMENTA PARA DIAGNOSTICAR O PERFIL DOS DISCENTES DO PROEJA	
Rosana de Oliveira Sá e Linduarte Pereira Rodrigues	94
CAPÍTULO X	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: POSSIBILIDADE DE ALFABETIZAÇÃO?	
Raimunda Aureniza Feitosa, Josilene Marcelino Ferreira.....	108
CAPÍTULO XI	
FATORES DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS MUNICÍPAIS DE SIGEFREDO PACHECO -PI	
Exedito Rodrigues de Lima	117
CAPÍTULO XII	
RELATO DE EXPERIÊNCIA: UM OLHAR SOBRE O ESTUDO DA EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS	
Anael Batista Marinho Juvino de Oliveira, Eduardo da Silva Andrade, Franciclaudio de Meireles Silveira, Leonardo Cinésio Gomes, Ubiratan Barbosa da Silva e Vagner Santos da Silva	126
CAPÍTULO XIII	
TRAJETÓRIAS DE EGRESSOS DA EJA NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS FUTURAS	
Francineide de Sousa Bispo e João Antônio de Sousa Lira.....	135
Eixo 4 - Ensino Fundamental e Médio	
CAPÍTULO XIV	
A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LUGAR NO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DO USO DA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA	
Ronaldo dos Santos Barbosa	144
CAPÍTULO XV	
EDUCAÇÃO E SAÚDE: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (ISTs)	
Geam Felipe Lima Santos, Fatima dos Santos Silva, Eduardo Gomes da Silva Filho, Rodrigo Rafael Maia e Mário Luiz Farias Cavalcanti.....	158

CAPÍTULO XVI

MEDIAÇÃO DO PROFESSOR NA RODA DE HISTÓRIA: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA EM CAMARAGIBE

Flávia Luíza de Lira e Luciene Maria das Neves Meireles de Vasconcelos..... 171

CAPÍTULO XVII

O ENSINO MÉDIO, A QUALIFICAÇÃO E AS COMPETÊNCIAS: OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO GLOBALIZADO

Joseane Fátima de Almeida Araújo, Kacilândia Cezário Gomes Pedroza, Márcia Socorro Florêncio Vilar e Maria de Lourdes Pereira do Amaral Lima 183

CAPÍTULO VII

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESPAÇO DA CONTEMPORANEIDADE

**Maria da Conceição Nascimento Marques
Imaira Santa Rita Regis
Adelson Silva da Costa**

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESPAÇO DA CONTEMPORANEIDADE

Maria da Conceição Nascimento Marques

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Salvador - Bahia

Imaira Santa Rita Regis

Colégio da Polícia Militar – Unidade Lobato – Salvador - Bahia

Adelson Silva da Costa

Colégio da Polícia Militar – Unidade Dendezeiros – Salvador - Bahia

RESUMO: O presente artigo traz um relato sobre a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos – EJA no espaço da contemporaneidade no Brasil, distribuído pelos subtemas: Histórico da Educação de Jovens e Adultos, Projetos e Ações, Uma visão geral da EJA na Contemporaneidade. Tendo por objetivo buscar discutir à luz da literatura a referida temática na perspectiva de apontar caminhos para afirmar o seu êxito e seus percalços. Entretanto essas discussões terão como base metodológica o estudo bibliográfico sobre a história da Educação de Jovens e Adultos através de livros, legislações e documentos e observações do cotidiano escolar no noturno. Esta é uma modalidade de ensino que atende prioritariamente trabalhadores que ficaram por muito tempo distante da rede formal de ensino, alguns são considerados alfabetizando, ou seja, em processo de aprendizagem da leitura e escrita, apesar da inserção mais atual de muitos jovens que não se inserem no diurno.

PALAVRAS-CHAVE: História, Educação, EJA.

1. INTRODUÇÃO

A educação no Brasil é composta por diversas modalidades de ensino. Contudo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) requer uma atenção especial na medida em que se trata de uma educação voltada para alunos com distorção série/idade. Neste sentido cabem algumas reflexões para um nível de ensino com características peculiares que exigem uma formação continuada do professor diante de demandas sempre atuais. Reflexões a exemplo de como a história da Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade de ensino acrescenta aos saberes docentes na formação do professor.

Assim sendo o presente artigo busca discutir à luz da literatura a temática sobre educação de jovens e adultos (EJA) na perspectiva de apontar caminhos para afirmar o seu êxito. Entretanto essas discussões terão como base metodológica o estudo bibliográfico sobre a história da Educação de Jovens e Adultos através de livros, legislações e documentos, e observações do cotidiano escolar no noturno.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos na atualidade tem resultados a partir do seu

processo histórico, formativo e saberes específicos ao perceber mudanças e novas nuances que vão constituindo esse fazer educacional, muitas vezes voltado para o trabalho, “que é uma relação entre os homens através da natureza. [...] Transformar o mundo, tornando-o cada vez mais humano, é o sentido do trabalho.” (BRANDÃO, 1994, p. 104).

Diante da necessidade inicial da EJA em atender jovens e adultos trabalhadores o tema Trabalho sempre foi priorizado nas discussões dos conteúdos dessa modalidade de ensino, utilizado como tema gerador para iniciar outros assuntos nas diversas disciplinas.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino na área especializada da educação, chamada por EJA, atende prioritariamente trabalhadores que ficaram por muito tempo distante da rede formal de ensino, alguns são considerados alfabetizando, ou seja, em processo de aprendizagem da leitura e escrita, atende também, donas de casas, pessoas que abandonaram a escola regular quando foi negado a esses o direito de uma educação formal. Em seguida toma uma nova configuração, ou seja, começa atender alguns jovens que migraram para o noturno por conta de iniciarem cedo no mundo do trabalho. A modalidade da EJA sempre esteve vinculada aos estudantes trabalhadores que não poderiam seguir os estudos no ensino regular formal por conta de especificidades do trabalho, incompatibilidade horário, falta de tempo, cansaço, ausência de disponibilidade total para a escola.

Conhecer o que seja a Educação de Jovens e Adultos, através da sua história, relacionar com a atualidade, quem são os sujeitos, neste espaço da escola, listar os saberes que os professores precisam utilizar para atender à nova demanda que faz com que o currículo seja dinâmico, avaliar a necessidade de mudança do mesmo na referida modalidade por conta deste novo cenário em relação ao perfil de estudantes do noturno.

A pesquisa social sugerida por MINAYO (2013) começa com observações no cotidiano da EJA, através também de pesquisa bibliográfica, a partir de leituras dos textos que dialogam sobre a educação de jovens e adultos, experiências docentes e currículo, teses sobre a realidade atual dos jovens, legislações e documentos oficiais. A partir da leitura deste material podem ser construídas inúmeras reflexões sobre a inserção de jovens na educação de adultos, os saberes docentes, a formação de professores, construção do currículo no contexto social e cultural, as experiências docentes, dúvidas e planejamento de metodologias motivadoras e inovadoras para a prática pedagógica no espaço diverso e dinâmico do ensino noturno.

A interpretação de dados da pesquisa qualitativa faz-se necessário “ir além das falas e dos fatos ou, em outras palavras, caminhar na direção do que está explícito para o que é implícito, do revelado para o velado, do texto para o subtexto” (MINAYO, 2013, p. 102) e assim interpretar os textos apresentados e as falas através da leitura dos livros ou na própria prática escolar, utilizando a hermenêutica para compreender as diversas linguagens, as diferentes falas, pois “[...] o ato de compreender caminha na direção de interpretar e estabelecer relações para chegar a conclusões.” (MINAYO, 2013, p.99).

No Brasil, ao longo da sua história, a partir do processo de colonização os objetivos da educação de adultos mudavam, podiam ser de ordem religiosa, enquanto doutrina, por exemplo, “Discriminatórios e preconceituosos, os jesuítas dedicaram-se a formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião da subserviência, da dependência e do paternalismo, características marcantes de nossa cultura ainda hoje.” (GADOTTI, 2004, p.231) ou buscavam atender a necessidade na falta de mão de obra especializada ou ainda na ampliação do número de votantes nas eleições, conseqüentemente algumas reformas educacionais ocorreram nessa área de ensino. O ensino oficial aparece no final do século XVII. Não houve desenvolvimento educacional a partir de meados do século XVIII, pois Portugal tinha medo da disseminação das ideias liberais europeias que poderiam chegar até a colônia através do ensino, podendo incitar revoltas e manifestações emancipatórias:

os jesuítas nos legaram um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. [...] Era uma educação que reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e sabichões, os “doutores”. (GADOTTI, 2004, p. 230)

No período imperial (1822 – 1889) foram criados cursos noturnos para alfabetização de adultos do sexo masculino, nas escolas públicas. Vale considerar que Rui Barbosa em 1882 produz pareceres que “[...] prega a liberdade de ensino, a laicidade da escola pública a instrução obrigatória.” (GADOTTI, 2004, p. 231). Por volta de 1870 o problema educacional de alfabetização de adultos foi o centro das atenções por “se iniciar o primeiro surto industrial e também a penetração das ideias liberais” (PAIVA, 1987, p. 47), surgindo uma necessidade de mão de obra especializada ou pelo menos alfabetizada, para preenchimento de vagas no trabalho fabril.

Segundo Porcaro (2011) a partir de 1940 (Era Vargas – Estado Novo) o governo identifica um número alto de analfabetismo no país. Período de reformas no ensino secundário e universitário, além da imposição de um sistema nacional de ensino, baseado nos valores relacionados à família, à religião, à pátria e ao trabalho, para formar nacionalmente um país mais moderno e o aluno considerado ideal era católico e de formação disciplinar militar.

A partir da análise histórica pode-se observar que algumas questões que foram abordadas ainda fazem presentes na atualidade, o que remete a ideia da necessidade de se continuar estudando a Educação de Jovens e Adultos na busca de sanar possíveis divergências entre a prática e a teoria dessa modalidade de ensino.

3. PROJETOS E AÇÕES

Na década de quarenta surgem projetos para mitigar problemas relacionados

a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Em 1947 (término da Era Vargas) foi lançada no país a primeira campanha de educação de adolescentes e adultos para serem alfabetizados em três meses, em busca de atender as demandas políticas daquele momento, vinculada a necessidade de formação dos eleitores, pois o analfabetismo era considerado a causa da problemática situação econômica do país, além da incapacidade das pessoas não escolarizadas em votarem. Nesse período ocorreu o primeiro congresso nacional de Educação de Adultos. A campanha tinha preocupação com uma metodologia mais adequada para esse grupo de estudantes e ocorreu de forma entusiasmada considerando a educação, como direito importante na democracia do país e que deveria cumprir um importante papel na sociedade.

O Serviço de Educação de Adultos - SEA do Ministério de Educação - MEC apresenta o alfabetizador (professor) na condição de missionário, o estudante como causador da pobreza e o ensino dessa natureza muito fácil de aplicar, houve incentivo ao voluntariado e não havia uma formação apropriada metodologicamente aos professores para esse tipo de práxis pedagógica.

O segundo congresso nacional de Educação de Adultos aconteceu em 1958, “O papel dos fóruns estaduais e dos encontros nacionais tem sido fundamental na luta para reafirmar a necessidade [...] de políticas públicas que viabilizem uma educação de qualidade [...] universal para jovens e adultos”. (FARIA, 2009, p. 23) quando houve o reconhecimento de que a campanha apresentada fracassou por conta de centralizar a atenção em formar novos eleitores e não nas questões pertinentes ao processo pedagógico, metodologia, recurso e avaliação, apesar de ter tido um resultado positivo em relação à diminuição do índice de analfabetismo, porém a ação ficou reduzida apenas ao processo de alfabetização de adultos sem transcender em relação à abordagem de outras áreas do conhecimento.

Na década de 60 um estado brasileiro, Pernambuco, destaca-se por fazer algumas intervenções pedagógicas na tentativa de melhorar essa campanha ou de ir além do que estava sendo realizado, a partir das ideias de Paulo Freire, educador brasileiro, lançava propostas de mudança principalmente na relação entre educador e educando, com uma metodologia mais voltada para a realidade das comunidades envolvidas, aproveitava as situações reais vividas pelos trabalhadores no processo de alfabetização, a proposta era transcender a partir da própria realidade, que era o ponto de partida.

Partir da realidade significa ouvir o outro e entender seus anseios, compreender o que o outro quer dizer a partir da sua vivência, enquanto sujeito da sua história. “Contava Paulo que, naquele exato momento descobriu o quanto é diferente “falar para alguém” e “falar com alguém”. Ficava evidente a importância de se levar em conta os interesses dos educandos nas ações educativas.” (BARRETO, 1998, p.26). Freire chama a atenção para as causas sociais do analfabetismo no Brasil, apresenta como efeito da pobreza gerada por uma sociedade desigual. A desigualdade leva ao analfabetismo e a falta de escolarização.

Freire apresenta a proposta do ensino de adultos a partir do princípio da educação como um ato político, capaz de submeter ou libertar uma nação. “Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a

liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente.” (FREIRE, 1987, p. 57). Paulo Freire sugeria o desenvolvimento de métodos que pudessem assegurar a promoção humana, havia uma preocupação humanista na sua prática pedagógica e na elaboração do método de alfabetização de adultos. Para elucidar a questão apresentada vale dialogar com FARIA (2009):

as relações entre conhecimento e trabalho requerem que estejam implícitas a capacidade de iniciativa e de mudanças, exigindo do docente da Educação de Jovens e Adultos uma prática diversificada, embasada em conteúdos compatíveis com a realidade vivenciada pelo aluno, favorecendo o processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o professor deve fazer uso de metodologias que favoreçam o processo de aprender, desenvolvendo a autonomia do sujeito [...] (FARIA, 2009, p. 69)

Os conteúdos podem ser os mesmos exigidos na matriz curricular nacional, porém a abordagem para os estudantes da EJA precisa ser pensada a partir da realidade social na qual esses estudantes estão inseridos, contextualizando os assuntos e usando metodologias que valorizem esse espaço de aprendizagem, métodos que dinamizem as aulas e animem os sujeitos a tomarem parte no processo.

Entre final de 1950 e início de 1960 surge uma nova forma de pensar a educação de adultos, pois para Paulo Freire toda ação educativa deve ser precedida por uma reflexão da realidade na qual o ser humano está inserido, sendo a cultura um elemento essencial na análise, enquanto ser histórico e político, o construtor de sua historicidade. “[...] eram experiências não estatais, desenvolviam-se exteriormente ao Estado, e geralmente se confrontavam com as políticas hegemônicas do Estado.” (GADOTTI, 2005, p. 22). Havia um chamado para uma educação popular, oferecida a toda população, gratuita e universal a todas as camadas da sociedade. A educação de adultos era parte da educação popular, que abrangia a sociedade como um todo:

então havia uma clara vinculação, na educação popular, entre investigação e ação; por isso está intimamente ligada à investigação participativa. Havia uma clara vinculação entre Educação Popular e organização política dos setores populares. (GADOTTI, 2005, p. 22)

Havia uma relação entre os saberes populares e os saberes chamados científicos, vinculados à prática educativa, essa forma de pensar a educação não era apoiada e não agradava o poder político estatal, instalado hierarquicamente na instância superior.

Em 1961 a prefeitura de Natal – RN cria a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, considerava o analfabetismo um problema urgente para ser resolvido, portanto crianças, jovens e adultos deveriam ter acesso à escola, ainda que não tivesse roupa ou sapato, nada deveria limitar o processo de escolarização. No bairro das Rocas um comitê sugeriu aproveitar terrenos baldios para construção

de salas de aula, funcionando nos turnos diurno e noturno, montaram uma horta, fizeram um teatro, havia espaço para arte e para a promoção de revitalização do folclore brasileiro, segundo Paiva (1987, p. 239). Dentro da proposta de humanização e do aproveitamento da realidade dos sujeitos, a escola era a própria vida de cada um, espaço de transformação, respeito e autonomia.

Em 1964, no Brasil, os movimentos populares são perseguidos pelo governo da ditadura militar e Paulo Freire passa a ser um exilado político, por ter discutido educação na vertente da consciência política, em luta contra a opressão, para retirar os trabalhadores da condição de marginalizados diante das decisões políticas a serem tomadas no país. Um dos elementos mais importantes na proposta pedagógica de Freire é o diálogo, que permite uma participação intensa nas discussões, na escolha do que tem de melhor e coloca os sujeitos do ambiente escolar na mesma posição de ensinar e aprender, eliminando assim a relação autoritária.

A UNESCO, em 1970, através da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação cita especificamente a Educação de adultos em dois princípios: “12. A educação de adultos, [...] caráter primordial da estratégia educacional nos próximos anos. 13. A alfabetização deve deixar de ser um momento [...], deve articular-se com a realidade socioeconômica do país.” (GADOTTI, 2004, p. 279), para atender os países considerados “atrasados”, “[...] defendeu o princípio da Educação permanente como fundamento da educação do futuro” (GADOTTI, 2004, p.278), sem preocupação de ter uma visão crítica sobre educação, mas de alguma forma motivou a discussão sobre essa questão de adultos não escolarizados no Brasil.

4. UMA VISÃO GERAL DA EJA NA CONTEMPORANEIDADE

A lei mais recente que trata da educação de um modo geral no Brasil cita a educação de jovens e adultos em poucos artigos, não há muita atenção a essa modalidade de ensino, os artigos falam das condições de igualdade e permanência de acesso a todos em educação, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/1996. O artigo 3º propõe a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, valorização da experiência extra sala de aula e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, o que oportuniza a possibilidade de uma política pública para a Educação de Jovens e Adultos criando condições para incentivar que o sistema educacional ofereça condições de acesso e permanência do trabalhador na escola, sendo ele jovem ou adulto, atuando no mercado informal, em emprego temporário, como empregado doméstico ou agrícola, que de uma forma ou de outra foram excluídos do ensino regular e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Lei n. 9394/96, que confere maior responsabilidade aos municípios no que diz respeito ao Ensino Fundamental – estabelece também que aos sistemas de ensino cabe assegurar gratuitamente aos jovens e adultos,

que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho. (FARIA, 2009, p. 19)

Na década de 90 surgiram os Fóruns de EJA, como espaços de encontros entre poder público, universidade, organização não governamental, sistema S (SECI, SENAI), movimentos sociais, sindicatos, educadores e educandos, com a intenção de socializar as experiências e abrir o diálogo entre as diversas instituições, levando a criação de políticas públicas nessa modalidade de ensino, “[...] fundamental na luta para reafirmar a necessidade da construção conjunta, entre governo e sociedade civil, de políticas públicas que viabilizem uma educação de qualidade, de direito e de caráter universal para jovens e adultos.” (FARIA, 2009, p. 23)

Em 1990 ocorreu na Tailândia uma Conferência Mundial de Educação para Todos com a participação de 155 países, inclusive o Brasil, várias agências e ONGs internacionais. Esses países apresentavam problemas educacionais sérios, como taxas altas de analfabetismo, repetência, evasão escolar, dentre outros. Numa das exigências do documento estava erradicação do analfabetismo e a universalização da educação fundamental, segundo FERNANDES NETO (2009, p.17) “política educacional subordinada às diretrizes da Conferência Mundial de Educação para Todos. Essa política está expressa no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01)” Os envolvidos na conferência aprovaram a Declaração Mundial de Educação para Todos, carta que estabelecia um prazo de 10 (dez) anos para aplicarem as diretrizes exigidas pelo Banco Mundial, UNICEF, UNESCO, BID, dentre outros:

portanto, como determinada pela LDB n. 9.394/96 e estabelecida pela política educacional em curso, a dualidade na rede escolar separa a formação profissional da educação geral e engendra a formação de um homem parcial, limitado e anacrônico. Por isso, opinamos que a escola deve articular de forma definitiva a teoria e a prática. (FERNANDES NETO, 2009, p. 51)

Atualmente uma grande parcela de jovens abaixo dos 18 anos, que não estão no mercado de trabalho foi transferida do diurno para o noturno por razões variadas, que termina por diferir um pouco do objetivo inicial da Educação de Jovens e Adultos, pois “os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade própria, oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames”, conforme estabelece o art. 37, § 1º, da LDB nº 9394. (1996)

A entrada de jovens não trabalhadores acrescenta um novo perfil de estudante na EJA, uma vez que a legislação permite jovens cada vez mais novos, segundo a legislação: “a idade mínima para o ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e para a realização de exames de conclusão de EJA será de 15 (quinze) anos completos”, conforme Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e Resolução CNE/CEB nº 3/2010” (2010). Diante dessa prerrogativa os estudantes que não trabalham, algumas vezes estão com a idade próxima da sua série, mas não são

aceitos no turno diurno, recorrem ao noturno que terminam transformando este espaço mais heterogêneo do que já é, mesclando as idades e os interesses da EJA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que já se aproxima da vida profissional dos estudantes por conta da maioria deles já fazerem parte do mercado de trabalho seja formal ou informal, porém a escola ainda concretiza essa dualidade ao separar educação geral da formação profissional. A EJA teria um ganho pedagógico e social significativo caso articulasse essas duas formações no cotidiano dos sujeitos da EJA, ofertando assim uma educação integral e relacionada com a realidade.

O contexto histórico do passado e do presente não dá conta para discutir tantas questões pertinentes ao estudo da EJA, pois há um futuro aguardando, como por exemplo, que tipo de saber exigir aos educadores no trabalho pedagógico da Educação de Jovens e Adultos, que implica também na formação dos mesmos.

A educação que Paulo Freire propõe é baseada na relação dialógica, possibilita à prática da liberdade, condição humana essencial para os trabalhadores sejam do meio urbano ou rural que fortalece a autonomia nas tomadas de decisões. O diálogo amplia possibilidade de libertação do ser humano, ao exprimir o que sente e quais são as suas reais necessidades em um determinado contexto. Uma educação que transforma o trabalhador em um sujeito político, que pensa, reflete sobre sua prática, que vota em seus representantes, discute, possui consciência crítica, capaz de raciocinar e resolver seus problemas, onde a acomodação dá lugar à criticidade, no processo de humanizar a educação, transformando o estudante em sujeito da história e não objeto em mãos manipuladoras.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos)

FARIA, Wendell Fiori de. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FERNANDES NETO, Edgard. O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira. In: COSTA, A. FERNANDES NETO, E. SOUZA, G. **A proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Sundermann, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

2007.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2004.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – **LDB 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

Parecer CNE/CEB nº 6/2010.

PORCARO, Rosa Cristina. **Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos**. Tese de Doutorado em Educação, Belo Horizonte, UFMG, 2011.

Resolução CNE/CEB nº 3/2010.

Sobre os autores:

Adelson Silva da Costa: Professor de Filosofia do Colégio da Polícia Militar da Bahia; Graduação em Filosofia – Universidade Federal da Bahia – UFBA; Mestre do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia aplicadas à educação, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Membro do Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade – GEOTEC - UNEB. E-mail: adelsongeotec@hotmail.com

Adriano Machado Oliveira: Professor Adjunto II da Universidade Federal do Tocantins junto ao Curso de Psicologia e Professor do Curso de Psicologia do Ceulp/ULBRA; Graduação em Psicologia (2005) pela Universidade Federal de Santa Maria-RS; Mestre (2008) e Doutor em Educação (2012) pelo Programa de pós-graduação em Educação da UFSM. E-mail: adriano.oliveira@mail.uft.edu.br

Ana Cristina Guimarães Vinci: Licenciada em Pedagogia; Mestre em Educação (Universidad del Salvador); Integrante do grupo de pesquisa Transacciones Paradigmáticas para la educación e do grupo Filosofías da diferença, Tecnocultura e Educação (UFC)

Anael Batista Marinho Juvino de Oliveira: Graduando em Licenciatura em Ciência da Computação – (LCC) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura e Ciência da Computação – (PIBID/LCC); vinculado ao e-mail: anael.batista@dcx.ufpb.br

Carmem Tassiany Alves de Lima: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições da UFERSA. Assistente Social da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA e do Instituto MetrÓpole Digital – IMD Polo MossorÓ. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Tocantins (2012). Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social pela Faculdade Internacional do Delta (2013). Atualmente coordenadora da moradia estudantil da UFERSA e tutora do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista/NEaD UFERSA.

Danielle Simone da Silva Casillo: Possui graduação em Engenharia de Computação pela Universidade Potiguar (2001), mestrado (2004) e doutorado (2009) na área de Automação e Controle em Engenharia Elétrica e de Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professora Adjunto IV do Curso de Ciência da Computação do Centro de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA e coordenadora o Programa de Extensão Universitária Semiárido Digital.

Danilo Cortez Gomes: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Currais Novos; Graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrado em Administração pela Universidade Potiguar; Doutorando em Ciências Sociais pela

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail para contato: danilo.cortez@ifrn.edu.br

Eduardo da Silva Andrade: graduando em Licenciatura em Matemática – (LM) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura em Matemática – (PIBID/LM); vinculado ao e-mail: edusilva3108@gmail.com

Eduardo Gomes da Silva Filho: Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. E-mail: eg990099@gmail.com

Exedito Rodrigues de Lima: Possui Graduação em Teologia pela Faculdade Evangélica do Piauí (2004), Graduação em Letras - Inglês pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI (2004), Graduação em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Programus-ISEPRO (2013), Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana-UA (2014) e Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental-UTIC em Assunção-Paraguay. Atua como Coordenador Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de Sigefredo Pacheco-Pi e como Professor no Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação

Fátima dos Santos Silva: Graduação em Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Mestranda em Biodiversidade – pelo Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Grupo de Pesquisa: Ecologia de Ecossistemas. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES/CNPQ E-mail: fa_2004@msn.com/ bio.fattima@gmail.com

Fernanda Pereira da Silva: Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Graduação em licenciatura plena em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), Especialização em Mídias na Educação pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: fernandasilpe@gmail.com

Flávia Luíza de Lira: Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco; Especialista em Educação Infantil pela FAFIRE – Pernambuco. Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica (EDUMATEC) pela Universidade Federal de Pernambuco; (cursando); Grupo de pesquisa: GRUPEI (Grupo de Pesquisa em Educação Infantil); E-mail para contato: flavialuizalira@hotmail.com

Franciclaudio de Meireles Silveira: Graduando em Licenciatura em Matemática – (LM) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura em Matemática – (PIBID/LM); vinculado ao e-mail: franciocall-14@hotmail.com

Francineide de Sousa Bispo: Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí, *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, Floriano-PI. Especialista em Educação Infantil com ênfase em Educação Especial. Tem interesse pelos seguintes temas: educação de jovens e adultos, educação infantil e educação especial.

Francisca das Chagas da Silva Alves: Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Faculdade Santo Gostinho do Piauí – FSA. Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santo Agostinho de Teresina, Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Superior pela UNINTER. Email: Francisca_alves03@hotmail.com

Geam Felipe Lima Santos: Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *Campus* II. E-mail: geam_felipe@outlook.com

Hilton de Sá Rodrigues: Graduação em Engenharia Eletrônica Pelo Centro Universitário Celso Lisboa (1991), Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2005), Licenciatura Plena em Técnicas Industriais pela Faculdade Béthencourt da Silva (1993), Doutorado pela Universidade Del Museo Argentino – UMSA (2016). Pós Graduação em Docência do Ensino superior pela Faculdade Béthencourt da Silva, Especialista em Administração Pública pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente é professor do Instituto Federal Fluminense – *Campus* Macaé lecionando nos cursos de engenharia de controle de automação e elétrica, cursos técnicos integrados nas áreas de automação, eletrônica e eletromecânica. Trabalhou por 12 anos no Ministério da Aeronáutica, desenvolvendo atividades ligadas ao campo da Elétrica, Eletrônica e das Telecomunicações nas atividades profissionais correlatas a Engenharia.

Imaira Santa Rita Regis: Professora de Geografia da Rede Estadual da Bahia; Graduação em Licenciatura em Geografia - Universidade Católica do Salvador – UCSAL; Mestrado em Geografia - Universidade Federal da Bahia – UFBA; Membro do Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade – GEOTEC - UNEB. E-mail: imairaregisrgs@gmail.com

Jhéssica Luara Alves de Lima: Doutoranda em Direito Constitucional na Universidade de Brasília - UNB. Professora de Direito. Pesquisadora. Advogada. Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-árido - UFERSA (2015). Especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2012). Graduada em Direito pela UERN (2010).

João Antônio de Sousa Lira: Graduado em Licenciatura em Pedagogia Pela Universidade Federal do Piauí *Campus Amílcar Ferreira Sobral*, Floriano-PI. Especialista em Educação Especial e Neuropsicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes, e em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestrando em Educação Pela Universidade Federal do Maranhão na linha de pesquisa em História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana, no Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras no Maranhão. Professor de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação no município de Nova Iorque - MA. Atualmente professor substituto na Universidade Federal do Piauí.

José Lima de Albuquerque: Professor Titular da Área de Administração Aplicada do Departamento de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1985), especialização em engenharia econômica pela Universidade Católica de Pernambuco (1989), especialização em capacitação pedagógica do docente universitário pela UFRPE (1989), mestrado em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (1992), área de concentração em manejo florestal e Doutorado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (2002), na área de concentração em economia e política florestal. Atua principalmente nos seguintes temas: Gestão ambiental, políticas públicas, Gestão da educação, Responsabilidade sócio - ambiental, inclusão social. Exerceu a Direção do Departamento de Letras e Ciências Humanas (UFRPE) e do Departamento de Administração (UFRPE). Organizador de Livro em Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, Editora Atlas. Atuou como coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, do curso de pós-graduação em gestão e Política Ambiental (especialização) e do Bacharelado em Administração Pública na modalidade de educação a distância - Unidade acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia -Foi professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - PADR - UFRPE e atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância - Mestrado - UFRPE. Ainda integra o corpo docente do Mestrado profissional em Administração Pública, da Rede PROFIAP - UFRPE. Email: limalb44@yahoo.com.br

Joseane Fátima de Almeida Araújo: Doutoranda em Ciências da Educação (UNR-Argentina). Mestra em Ciências da Educação (ULHT-Portugal). Graduada em História. Professora de História da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco e da Rede Municipal de Olinda. Atualmente exercendo a função de Gestora Escolar na Rede Estadual de Pernambuco. E-mail: joseanefalmeida@gmail.com.

Josilene Marcelino Ferreira: Professora concursada da Rede Municipal do Municipal de Santana do Cariri- CE (Polivalente 1º ao 5º). Professora Temporária da Universidade Regional do Cariri- URCA- Unidade (UDMV). Pós- Graduada em Gestão Escolar pela Universidade Regional do Cariri- URCA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Participante de grupos de estudos

relacionados a História da Educação e Educação e Políticas Públicas. Área o conhecimento; História da Educação, Gestão Escolar e Avaliação Educacional. E-mail para contato: josymf.mf@gmail.com

Kacilândia Cezário Gomes Pedroza: Doutoranda em Ciências da Educação (UNR-Argentina). Mestra em Ciências da Educação (ULHT-Portugal). Pedagoga (UPE). Professora Universitária - Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e Faculdade Europeia de Administração e Marketing-FEPAM. E-mail: kacilandia@hotmail.com.

Leonardo Augusto Casillo: Possui graduação em Engenharia da Computação pela Universidade Potiguar (2002), mestrado em Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005) e doutorado em Engenharia Elétrica e de Computação pela mesma instituição (2013). Atualmente é professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido desde 2009 na área de Ciência da Computação, é atualmente coordenador do curso de Ciência da Computação no Departamento de Ciências Exatas e Naturais.

Leonardo Cinésio Gomes: Graduando em Licenciatura em Matemática – (LM) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura em Matemática – (PIBID/LM); vinculado ao e-mail: leocinesio@gmail.com

Linduarte Pereira Rodrigues: Professor Titular do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba – *Campus I*. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba – *Campus I*. Graduação em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Luciene Maria das Neves Meireles de Vasconcelos: Pedagogia pela AUDF – Associação Unificada do Distrito Federal; Especialista em Educação Infantil pela UFPE – Pernambuco. Grupo de pesquisa: GRUPEI (Grupo de Pesquisa em Educação Infantil). E-mail para contato: lucienemnevesv@gmail.com

Márcia Socorro Florêncio Vilar: Graduada em Letras e em Pedagogia pela UNICAP; Mestra em Ciências da Educação pela ULHT-Lisboa-Portugal e Doutoranda em Humanidades e Artes com ênfase em ciências da Educação-UNR-Argentina. Professora do Atendimento Educacional Especializado-PCR e Coordenadora Pedagógica na PMO. E-mail: marciafvilar@yahoo.com.br.

Marcos Antonio Cruz Moreira: Graduação em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Professor Titular do Instituto Federal Fluminense (IFF). Atua nos curso de Engenharia de Controle e Automação e no Mestrado em Engenharia Ambiental do IFF. Desenvolve projetos nas

linhas de pesquisa de Energias Renováveis, protótipos inovadores para Engenharia Ambiental, Elementos Finitos e Estatística Aplicada. Atualmente é Diretor Geral do Campus – Macaé

Maria da Conceição Nascimento Marques: -Professora de Sociologia da Rede Estadual da Bahia e de História da Rede Municipal de Salvador; Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia – UFBA; Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia aplicadas à educação, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Membro do Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade – GEOTEC- UNEB. E-mail: marquesconceicao65@gmail.com.

Maria de Lourdes Pereira do Amaral Lima: Doutoranda em Ciências da Educação (UNR-Argentina). Mestra em Ciências da Educação (ULHT-Portugal). Pedagoga (UPE). Professora Universitária - Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e Faculdade Europeia de Administração e Marketing-FEPAM. E-mail: lourinhaamarall@hotmail.com.br.

Mário Luiz Farias Cavalcanti: Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Biológicas (DCB) do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (2002), mestrado e doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: mariolfcavalcanti@yahoo.com.br

Raimunda Aureniza Feitosa: Mestranda em Ciências da Educação Pela Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologias; Pós-graduada em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina e em Planejamento e Política Educacional pela Universidade Regional do Cariri. Graduada em História pela Faculdade de Filosofia do Crato e em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri . Professora plena 1concurasada - Secretária da Educação Básica do Ceará -tem experiência na área de educação nível superior, com ênfase em Gestão Escolar, Currículo, atuando com os temas: Fundamentos e Métodos da Educação Escolar; Sociologia Geral; Psicologia da Educação; Políticas Públicas em Educação. E-mail para contato:aure09@hotmail.com

Raquel Francisca da Silveira: Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (2016); Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2009); Especialista em Metodologia de Ensino na Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá, em convênio com o Instituto Específico de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação (2013); Técnica em Assuntos Educacionais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas. E-mail: raquel.silveira@ifto.edu.br

Raqueline Castro de Sousa Sampaio: Pedagoga no Instituto Federal do Piauí - Campus Paulistana. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (2003). Especialização em Língua Portuguesa e Arte - Educação pela Universidade Regional do Cariri - URCA (2007); Especialização em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Piauí (2012) e Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância pela Universidade Federal Rural do Pernambuco - UFRPE (2016). Email: raquelinecastro@hotmail.com

Regina Célia Moreth Bragança: PROFESSORA ASSOCIADA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE; Coordenadora de Educação a Distância na CEAD – UFF; Coordenadora da disciplina LIBRAS para todos os alunos de licenciatura da UFF; Graduação em Matemática pela Universidade Federal Fluminense; Mestrado em Matemática pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Remerson Russel Martins: Doutor (2014), Mestre (2008) e Graduado (2006) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor do Curso de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Rodrigo Rafael Maia: Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II. E-mail: rodrigomaia_ufpb@hotmail.com

Ronaldo dos Santos Barbosa Professor Assistente do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É Vice-Líder do Grupo de Pesquisa: Dinâmica Ambiental, Educacional e Econômica (DAEE-UEMA), atuando nas linhas de pesquisa: Cartografia Escolar e Ensino de Geografia; Planejamento Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos. Membro do Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão (GPS-UEMASUL), atuando na linha de pesquisa: Linguagem Cartográfica e Educação Geográfica. E-mail: ronaldobarbosa12@gmail.com

Rosana de Oliveira Sá: Professora Efetiva de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal da Paraíba UFPB. Especialização em Língua Inglesa e Literatura Anglo-Americana pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail para contato: sa.rosana@hotmail.com

Severino Joaquim Correia Neto: Graduação em Administração pela universidade Candido Mendes (2001), Processos Gerencias (2007), Graduado em Filosofia pela FAUERP (2016), Mestre em Sistema de Gestão área de Conferencia Recursos

Hídricos pela Universidade Federal Fluminense (2009) , Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Americana – UA PY (2016) e Pós Doutor em Educação pela universidade Ibero Americana UNIBE – PY. Trabalhou durante vinte anos na indústria petrolífera onshore e offshore na área de QHSE, atualmente é Diretor de Relações Institucionais do IFF Campus Macaé, Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e do Ensino Superior (Engenharia de Controle de Automação).Palestrante Motivacional e Conferencista

Tereza Cristina Nascimento Machado: Administradora da Universidade Federal Fluminense. Graduação em Administração pelo Centro Universitário Plínio Leite. MBA em Marketing Empresarial pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Humanidades e Artes com menção em Educação pela Universidade Nacional de Rosario (Argentina). E-mail: terezamazeli@hotmail.com

Ubiratan Barbosa da Silva: Graduando em Licenciatura em Matemática – (LM) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Licenciatura em Matemática – (PIBID/LM); vinculado ao e-mail: biragft@gmail.com

Vagner Santos da Silva: Graduando em Licenciatura em Ciência da Computação – (LCC) pela Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); vinculado ao e-mail: anael.batista@dcx.ufpb.br

Vitor Yoshihara Miano: Professor do IF Fluminense no Campus Macaé na graduação em Engenharia de Controle e Automação e nos cursos técnicos de Eletromecânica e Eletrônica. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Inovação, Pesquisa e Extensão do campus, desde 2016. Membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente de 2014 a 2016. Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IF Fluminense de 2016 até o momento atual. Graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Administração pela UFF na linha de pesquisa "Estado, Organizações e Sociedade" com titulação obtida em 2013. Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa Programa de Estudos em Reforma do Estado e Governança do PPGAD/ UFF e do Núcleo de Tecnologia, Trabalho e Meio ambiente: Efeitos sociais, históricos e jurídicos em uma sociedade globalizada do IF Fluminense.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-75-2

